

Lerice de Castro Garzoni¹

"Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas, de Cristiana Schettini²

No início de 1896, uma rígida campanha policial ganhava publicidade em um dos maiores jornais cariocas do período. O delegado Luiz Bartolomeu de Souza, então responsável pelo policiamento da região central da cidade do Rio de Janeiro, havia dado ordem de mudança às prostitutas residentes naquelas ruas. Acionando artigos introduzidos no Código Penal de 1890, ele abriu vários inquéritos de lenocínio, acusando pessoas, em especial as de origem judaica, que alugavam cômodos e casas às meretrizes. Sua empreitada ainda contou com o apoio da municipalidade, pois funcionários da Diretoria de Higiene Pública e Obras Municipais passaram a interditar alguns desses prédios, considerados insalubres, conferindo justificativas supostamente neutras para as pretensões policiais.

A despeito de tantas circunstâncias aparentemente favoráveis a essa campanha, ela acabou por engendrar uma reação inesperada e incisiva. Mulheres atingidas pelas ordens de expulsão começaram a impetrar mandatos de *habeas corpus* junto aos juízos da capital. Do ponto de vista legal, tratava-se de uma garantia constitucional que visava proteger os impetrantes contra coação, ilegal ou violenta, a sua liberdade de locomoção. Para aqueles que vivenciavam o momento, porém, esse direito ganharia sentidos bastante diversos.

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). <lerice.garzoni@gmail.com>

² SCHETTINI, Cristiana. *"Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 264 p. il. ISBN 8560207007

Não é por acaso, portanto, que esse episódio abre o livro “*Que Tenhas Teu Corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas, de Cristiana Schettini. Além de anunciar a cuidadosa construção narrativa que ocupa as páginas que se seguem, os “acontecimentos de 1896” têm importância na própria formulação da análise proposta. Por um lado, a autora busca entender quais os conflitos que se tornaram visíveis por meio daquela situação específica, o que revelava sobre as vidas e expectativas das pessoas envolvidas. Por outro, ela considera o episódio um “ponto de partida”, para acompanhar a forma como esses mesmos conflitos se desenrolam nos anos seguintes, quando as referências às prostitutas supostamente se restringiram às histórias sobre o “tráfico de brancas” e aos relatos idealizadores de literatos e memorialistas.

Assim, diferentes aspectos do episódio são retomados e enfatizados em cada um dos três capítulos, constituindo um eixo narrativo a partir do qual a autora aponta e interpreta as mudanças ao longo das duas décadas posteriores. Para isso, ela articula uma leitura renovada de fontes tradicionais sobre o tema – as já citadas histórias do tráfico e memórias – à análise do material produzido em diferentes instâncias jurídicas. Um aspecto central em todo esse percurso é a ênfase sobre as possibilidades de participação das próprias prostitutas, nas disputas e as ressignificações sobre seus corpos.

Resultado da tese de doutorado da autora, o trabalho foi um dos vencedores do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa de 2003, tendo sido publicado em 2006. Ao mobilizar um vasto escopo documental, a pesquisa cumpre a tarefa de apontar novas interpretações sobre a prostituição brasileira na virada do século XX e contribuir, de forma ampla e consistente, com debates teóricos e metodológicos próprios da disciplina, inserindo-se em uma complexa rede de diálogos. Antes de explicitar alguns desses diálogos, considero pertinente dar a conhecer o conteúdo de cada capítulo.

No primeiro, somos apresentados a diversos dos “protagonistas” presentes no episódio dos *habeas corpus*. Acompanhando os encontros entre prostitutas e homens, com ou sem farda, a autora discute as diferentes noções de masculinidade que poderiam ser acionadas ou atribuídas, fosse para marcar identidade ou distinções sociais. Na relação entre essas mulheres e os policiais, a ênfase da análise recai sobre as formas como a

autoridade desses homens era construída cotidianamente. Nesse processo, as meretrizes se valiam desses espaços de negociação, assim como das fissuras na organização policial, para alcançar objetivos próprios.

Nos debates que cercam os “acontecimentos de 1896”, Schettini identifica o embate de dois projetos de República, representados, por um lado, pelo delegado que ordena as expulsões e, por outro, pelo juiz que concede o *habeas corpus* às prostitutas. Assim, ao mesmo tempo em que aponta as divergências entre diferentes instâncias (no caso, a polícia e o judiciário), a autora explora significados políticos mais abrangentes dessas diferenças. De qualquer forma, o evento em questão evidencia uma determinada tendência de policiamento, marcada pelo esforço de segregação espacial dessas mulheres, cujas conseqüências, ao longo das décadas seguintes, também são abordadas no texto.

No segundo capítulo, são analisadas as histórias sensacionais do “tráfico de brancas”. Contrapondo-se à visão consagrada sobre esses relatos, até então assimilada de forma acrítica por grande parte da historiografia, a autora busca recuperar as experiências das prostitutas estrangeiras no Brasil. A partir de processos de lenocínio, é discutido como essas mulheres poderiam se apropriar, a seu favor, das imagens conferidas a elas, de um certo “*script* de gênero”. Esses documentos também permitem observar que elas se inseriam em relações sociais complexas, que vão muito além da dicotomia cáften-explorador e prostituta-vítima.

De forma inovadora, a autora recupera a historicidade das histórias do tráfico, ou seja, seus significados específicos em um país onde a escravidão negra havia sido abolida há pouco tempo. O destaque conferido a essas histórias, no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, está relacionado à tentativa de “desnacionalizar” o problema da prostituição e de sinalizar um certo “avanço” brasileiro. Ao relacionar o “tráfico de brancas” ao tráfico interno de escravos, ela constata que a ênfase na imagem da prostituta como escrava seria recorrentemente acionada para justificar a intervenção no Estado na vida dessas mulheres. É possível, portanto, associar uma forma de policiamento que privilegia a perseguição a cáftens estrangeiros às narrativas sensacionais do tráfico, verificando como se apóiam e se reforçam mutuamente.

No capítulo final, Schettini explora a diversidade dos “usos do lenocínio”, tendo em vista cada uma das partes envolvidas em processos desse tipo: os policiais e a questão da localização, os juízes e as discordâncias a respeito dos valores a serem protegidos, as prostitutas e seus interesses nos confrontos com locatários. Um dos procedimentos mais intrigantes, porém, é o uso que a própria historiadora faz desses autos, destacando aspectos da vida de homens e mulheres associados à atividade da prostituição e da sua relação, próxima e complexa, com a vizinhança. A idéia de que a prostituição constitui um “mundo à parte” ou um “submundo” é amplamente combatida.

Ao longo de todo o livro, a autora lida com o que chama de “miopia” em relação às prostitutas brasileiras negras ou imigrantes pobres. Por um lado, ela tenta entender como ocorreu a construção dos silêncios a respeito dessas mulheres. Por outro, reúne uma série de documentos que permitem acompanhar as ações e trajetórias dessas prostitutas pobres, estrangeiras e brasileiras. Com isso, fornece uma valiosa contribuição à historiografia sobre prostituição no Brasil que, inspirada pelos estudos de Foucault, concentrou as pesquisas em discursos médicos e jurídicos, assim como em relatos de memorialistas. Escrevendo nos anos 1980, aqueles historiadores não questionaram que estavam repondo as lacunas de suas fontes, produzindo livros que diziam mais sobre os homens envolvidos na produção dos textos de época que sobre as prostitutas em si.

Outra questão que perpassa os três capítulos é a tentativa de refletir sobre o Estado republicano e sua presença na vida das pessoas. Grande parte das pesquisas acerca desse período enfatizou a interferência do novo regime sobre as “classes populares”, destacando seu caráter autoritário e repressivo. Schettini apresenta outra proposta, voltada para as mulheres e homens envolvidos com a atividade da prostituição e a forma como “participaram das negociações sociais acerca dos significados e dos projetos da capital republicana” (p.23). Na sua análise, são enfatizadas as divergências entre a polícia e o judiciário, bem com as visões conflitantes que poderiam existir dentro de cada uma dessas instituições. Se as prostitutas eram alvo de vigilância e estigmatização, elas forjavam diferentes estratégias para lidar com isso, limitando e ressignificando as ações dos homens que representavam o Estado.

Essas considerações estão relacionadas à intenção de combinar uma perspectiva de gênero aos pressupostos da história social. Esse é um avanço significativo em relação às pesquisas que, ainda nos anos 1980, tematizaram questões relacionadas às mulheres pobres e trabalhadoras na capital brasileira da virada do século. Naquele momento, havia a tendência de enfatizar a contraposição de uma “cultura popular” em relação à “cultura dominante”. Em certa medida, era necessário mostrar o papel das mulheres como “sujeitos históricos”, sendo que a categoria de gênero ainda não havia sido incorporada às reflexões. No trabalho de Schettini, mais próximo das perspectivas teóricas de Sueann Caufield, homens e mulheres de diferentes classes sociais fazem apropriações de valores comuns e de identidades sociais. As próprias identidades de gênero não são fixas e se combinam à raça, classe e nacionalidade de diferentes formas, em momentos específicos.

No livro, a articulação dessas categorias permeia todo o esforço analítico em torno da documentação, o que permite à autora construir argumentos como os do epílogo, relacionando a concentração de identidades étnicas em determinadas ruas de prostituição, com o tipo de serviço oferecido e cliente esperado. A noção de “masculinidades” é empregada, relacionando gênero e classe para se pensar sobre os diferentes homens que circulavam pelo centro da cidade e conviviam com as meretrizes. De modo geral, a análise de Schettini testemunha como a inserção do gênero pode ampliar os debates e enriquecer a abordagem tradicional do campo da história social.

A autora também mobiliza uma quantidade considerável de estudos produzidos dentro e fora do país. A bibliografia internacional é reunida tanto nas discussões teóricas quanto naquelas sobre assuntos específicos. Ela busca inserir o Brasil nos debates sobre prostituição em outros países da América Latina, o que pode fornecer indícios extremamente pertinentes para se repensar os problemas e as fontes empregados em cada localidade. Buscar as experiências transnacionais de prostitutas na virada do século tem sido, aliás, o atual tema de estudo de Schettini, professora do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional de San Martín, na Argentina.